Trabalho fabril e observação participante: comentário ao livro *Entre a Fábrica e a Comunidade*

João Freire

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1157>

DOI: 10.4000/rccs.1157

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 outubro 2003

Paginação: 173-178

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

João Freire, « Trabalho fabril e observação participante: comentário ao livro *Entre a Fábrica e a Comunidade* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 66 | 2003, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1157> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.1157>

Revisões Críticas

Trabalho fabril e observação participante: comentário ao livro *Entre a Fábrica e a Comunidade*, de Elísio Estanque (Porto: Afrontamento, 2000)

Esta nota crítica é já tardia, em relação à obra a que se refere, e disso me penitencio. Mas, apesar do desejo de a ter produzido rapidamente – como o autor sabe –, só agora encontrei tempo bastante para a reler cuidadosamente e confirmar algumas impressões da primeira leitura.

Trata-se do livro *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*, Porto, Afrontamento, 2000, que – conforme é dito nas linhas iniciais – publica o essencial da tese de doutoramento em sociologia, pela Universidade de Coimbra, de Elísio Estanque. De facto, vale a pena desde logo precisar que, apenas com base no livro e não conhecendo a dissertação académica que lhe deu origem, admito que algumas das considerações que se seguem possam parecer injustas ou encontrem resposta ou explicação no texto original. Se for o caso, peço que mo relevem.

Globalmente, trata-se de uma obra de elevado mérito e destinada a constituir uma referência duradoura na bibliografia sociológica portuguesa, tanto no que respeita ao tema como, muito em especial, à metodologia de pesquisa utilizada, e ainda pelo alto grau de coerência e consistência teórico-conceitual revelado por todo o desenvolvimento analítico produzido.

Relativamente “económico” (em termos de extensão), o trabalho de discussão teórica feito no Capítulo 1 (da Iª Parte) é de grande qualidade, equilibrado e articulando bem a problemática das classes sociais – na qual o autor já tinha anteriormente demonstrado as suas capacidades – com outras distintas: a construída a partir dos conceitos

de identidade (social) e de comunidade (local), aplicada a um operariado fabril em situação estrutural de isolamento em ambiente rural e com traços de trabalho a domicílio e de pluriactividade económica; a das chamadas relações *na* produção, recentemente divulgada, com a adopção da noção de consentimento proposta por Burawoy; e, finalmente, as questões do “lazer, cultura e controlo recreativo”, de particular relevância nos processos de integração comunitária local durante o período político de ditadura vivido em Portugal durante boa parte do Século XX.

A análise da evolução histórica deste espaço – local, produtivo, social e cultural – ocupa os Capítulos 3 e 4 (IIª Parte). Com base em fontes essencialmente documentais, é esta uma parte bem construída e argumentada mas, justamente por razões metodológicas, é a primeira que suscita um certo número de comentários. Nomeadamente, as dúvidas e os problemas colocados pela desigual abundância de fontes, pela operação de selecção dessas fontes que o autor foi inevitavelmente levado a fazer, e pela interpretação feita da informação mais escassa, aquela que representava o “lado” e o “ponto de vista” dos grupos sociais inferiores/dominados e, sobretudo, menos visíveis no espaço público.

Não havendo (já) abundância de observadores (privilegiados ou comuns) capazes de serem interrogados como fonte informativa sobre (e do) operariado de São João da Madeira, é claro que as referências captadas na imprensa, em documentos administrativos e outros papéis oficiais ou oficiosos tendem a tornar-se não só omni-

presentes e esmagadoras em relação a outras fontes, mas sobretudo unilaterais, representativas dos grupos sociais superiores/dominantes (não necessariamente de modo intencional, mas no sentido em que frequentemente confundem “o todo” com o seu “olhar” particular) e distorcedores da reconstrução da realidade perseguida pelo investigador.

Perante este problema efectivo, é de perguntar se o autor não terá confiado excessivamente nos testemunhos de (dois) operários que, não por acaso, eram (ou tornaram-se na época) militantes políticos (do Partido Comunista) para nos fazer aceitar uma ideia geral de “abundantes expressões de rebeldia e de resistência das classes populares”, com que conclui esta IIª Parte (p. 202). Ora, sem este eventual *parti pris* (do autor como do leitor), todo o material exibido tenderia, pelo contrário, a provar a tese de que a resistência operária a patronato (ou à burguesia) e ao Estado salazarista terá sido mínima e ocasional. Por outro lado, terá sido também quase sempre politicamente enquadrada e politicamente explorada (para fins práticos do combate oposicionista ao Estado Novo), empalidecendo claramente eventuais visões mais “pro-autonomistas” da classe operária. O que parece poder interpretar-se dos próprios dados utilizados pelo autor – uma vez corrigido o seu “peso” em função da sua presumida “representatividade” – é que o consenso e a aceitação foram geralmente prevalentes (em São João da Madeira como provavelmente na maior parte dos outros “locais” do país – mas talvez não em todos...). Se isto é verdade, deveríamos então concluir que a submissão (consentimento) – na fábrica, como na sociedade – pode ser perfeitamente compatível, durante períodos alargados, com situações de miséria, de pobreza, de resignação ou de ambições limitadas que afectam segmentos importantes duma po-

pulação, ou mesmo grupos majoritários ou que detêm uma posição estruturalmente fulcral no funcionamento de um determinado sistema social. Até que ponto esta “disposição estrutural” pode chocar com as perspectivas teóricas que tendem a esperar a “produção estrutural” de algum tipo de conflitualidade, vistos os interesses opostos em presença?

Além disso, quer as atitudes de adesão/resignação, quer as de crítica e resistência das classes populares, seriam porventura refractadas através de estruturas (família, parentesco, vizinhança, afinidade, amizade, inter-conhecimento, participação em coortes escolares ou de caserna, etc.) e processos de socialização (tanto levando a efeitos de integração como de individualização, a comportamentos de rebeldia como de punição ou exclusão) e, portanto, muito diferenciadas e segmentadas. Nestas condições, só em conjunturas excepcionais (sobretudo políticas) seria possível organizar esboços de conflitualização colectiva (como a relatada greve de 1943).

Atentemos nalgumas consequências analíticas desta argumentação: por exemplo, neste quadro, a acção sindical, incluindo a conduzida por “infiltrados” do PC nos Sindicatos Nacionais, nunca surgiria aos olhos dos operários comuns (nem dos patrões e, ainda menos, no espaço público) como um movimento de luta colectiva, mas antes como *démarches* de gabinete e conversas/negociações de especialistas, largamente integradas na “boa paz salazarista” e “a bem da Nação”. Por isso, é de suspeitar que a referida “táctica” (que foi, de facto, uma estratégia, pois durou desde os anos 30 até ao marcelismo onde, aí sim, se revelou produtiva, ao implantar um cavalo de Tróia no interior do regime e preparar as estruturas de mobilização para a “revolução democrática e nacional” de 1974) tenha tido os resultados positivos que, implicitamente, se lhe deixam a crédito.

Realmente, ao contrário do que afirma a literatura e o discurso anti-fascista (que en contra prolongamentos em muita historiografia do período), pode pensar-se que o militante comunista actuando como dirigente de um SN era visto, pela maioria, como “um homem da situação”, sobretudo nos anos 40 e depois da conjuntura eleitoral de Humberto Delgado; apenas os seus próximos ou íntimos conheciam os seus verdadeiros propósitos; ou então, já de maneira alargada, após o “desmascaramento do seu embuste”, quando eram divulgados os comunicados oficiais, pela imprensa e outros meios. Mas neste último caso é ainda de questionar se a mensagem pública percebida seria mais a da reprovação desse comportamento dúplice (o “comunista acoitado sob a capa de corporativo”) ou a do louvor da sua coragem, habilidade ou ousadia. Já num período bastante diferente do aqui estudado, o caso do dirigente bancário Daniel Cabrita ilustra bem como, no seu meio profissional, muito trabalhador respeitoso da ordem estabelecida se solidarizou com ele quando foi preso, por estar convencido de que a acusação de comunista era falsa e malévol.

A tese de Fátima Patriarca (publicada com o título *A Questão Social no Salazarismo*) sobre a instalação do regime corporativista no meio operário mostra como terão sido complexas as decisões e os itinerários que levaram vários militantes operários do sindicalismo livre a jogarem o jogo das novas regras nos SN. Justamente, a influência dos relacionamentos inter-pessoais e dos microcosmos “locais”, terá sido em muitos casos determinante para algumas surpreendentes reviravoltas.

Nada disto é novo. Porém, nestas condições, é necessário um extremo cuidado e vigilância crítica para aceitar os testemunhos dos actores sem contra-prova ou interpelação dubitativa por parte do investi-

gador. Sabemos como qualquer actor individual tenta, em geral, compor uma configuração de si (e do “nós”) que lhe seja favorável. É um comportamento racional e expectável. Por isso, quando lemos num dos referidos depoimentos que “a Direcção do Sindicato [...] nunca se submeteu ao sistema corporativo de Salazar. Sempre primou em combatê-lo [...]” e que “eu, na qualidade de Presidente da Direcção do sindicato, cheguei a Vereador da Câmara Municipal de S. João da Madeira [...]”, não podemos deixar de pensar que tais materiais teriam ganho em ser submetidos a uma análise de conteúdo, sentido e coerência interna mais apurados.

E a pergunta que fica é se, em tais condições, não deveria ser revista a ideia, que parece marcar o tom da linha discursiva deste Capítulo 4 (e aflora de novo na Conclusão), de que teria havido alguma correspondência entre “aceitação” e “resistência”, apesar de o autor nunca o afirmar explicitamente e das precauções por si tomadas ao referir, por exemplo, o “impacto da acção do Estado Novo na modelação dos modos de vida dos trabalhadores e das comunidades locais [...] [como] particularmente marcante” e ao classificar de “pontuais” as “acções de resistência político-sindical”, bem como de “mais subitas”, no terreno sociocultural, as “disputas” e as “expressões de rebeldia e de resistência por parte das classes populares.” (p. 202). Em contrapartida, parecem excelentes as páginas em que Elísio Estanque, com base em fontes impressas tradicionais (monografias locais, jornais, alguns dados administrativos), descreve sinteticamente as principais práticas expressivas da comunidade local – festas, religiosidade e transgressão, entretenimentos e movimentos cultural-recreativos –, com os seus lugares e momentos de fusão e de separação (entre grupos sociais), as suas funções integradoras e certas “derrapagens”, bem como

as dinâmicas e os temas e pontos de apoio institucional que, diferenciadamente, marcam os anos da viragem do Século e da República e, depois, os anos do Estado Novo.

Passemos agora a uma segunda observação crítica. Ela refere-se directamente à estratégia metodológica de investigação que atribuiu um ponto importante a uma experiência de “observação participante” do autor, como operário numa fábrica de calçado.

Em primeiro lugar, é de realçar a importância do uso deste dispositivo de observação sociológica, pela sua raridade e dificuldade de aplicação. Desde já, nesse sentido, eis mais uma qualidade específica desta obra, que pode ser assim lida também como *study case* de “métodos e técnicas” no ensino da sociologia (com o indispensável Capítulo 6-A que conta “as angústias do sociólogo na fábrica: fragmentos de um ‘diário de campo’”, e que vai ficar talvez como uma espécie de “porta 10-A” do sportinguista Estádio de Alvalade, agora para a “iniciação” dos jovens cientistas sociais).

Mas é também este exercício de observação que merece algum levantamento de questões.

É certo que, com o uso desta técnica, se conseguiu uma informação rica, variada e bastante completa do quotidiano dos operários do calçado, susceptível de ser analisada mediante uma determinada grelha conceptual. Mas isso só foi conseguido, aparentemente, devido à boa interacção que o observador foi capaz de estabelecer com os observados (e que implicou da sua parte, por vezes, acções ofensivas para “estabelecer pontes”), a despeito do relativamente curto espaço de tempo em que permaneceu na fábrica. Teresa Rosa (ver *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*) tentou a mesma estratégia metodológica mas, simplesmente,

não aguentou a primeira fase de adaptação às tarefas de operadora da linha de montagem: ao fim de um mês, tinha de despedir-se das “colegas”. De facto, como nos relata Sainsaulieu em *L'Identité au travail*, a enorme exigência física e psicológica de alguém não habituado para resistir ao esforço prolongado do trabalho fabril é o primeiro e difícil obstáculo a vencer neste tipo de técnica, que Elísio Estanque superou com êxito, possivelmente graças ao seu carácter pertinaz e empreendedor.

Ora, para além das capacidades pessoais do observador, a questão mais geral que aqui se levanta é a das condições de duração e de estatuto em que o observador se introduz num meio desconhecido – postas em comparação com os resultados que consegue apurar dessa estratégia.

Eu próprio vivi uma experiência de “observação participante”, forçada e a prazo incerto, quando, aprendiz de sociólogo, decidi ir trabalhar como operário (e o fiz durante quase seis anos), para sobreviver. Embora não sendo rara (há os conhecidos casos de Simone Weil e de Daniel Mothé), é uma situação pouco habitual e, sobretudo, pouco aproveitada para a investigação científica. Por isso lhe chamo preferencialmente “observação interna”, dado que o observador se não revela aos outros membros do grupo como diferente: apenas aproveita uma sua participação (ou pertença) num grupo, instituição ou processo para, simultaneamente, exercer o seu olhar interrogativo, analítico e crítico. Aqui, os problemas de intrusão e da familiarização desaparecem, pura e simplesmente. Mas, sem ir a estes extremos, a observação participante praticada geralmente pelos antropólogos (veja-se, por exemplo, para não sair do trabalho operário, o recente livro de Susana Durão *Oficinas e Tipógrafos* ou a tese de Paulo Granjo, *Trabalhamos sobre um Barril de Pólvora*, no prelo) cria condições de integração do observador no

meio social em estudo que lhe permitem controlar e abater todos os principais comportamentos indesejáveis dos “objectos da observação”. Neste aspecto, a duração da permanência no terreno é tudo menos irrelevante. Não se pode fazer em três meses aquilo que é possível realizar em um ano ou ano e meio. E, quanto ao estatuto, uma coisa é apresentar-se como um especialista que vem “estudar a situação”, outra coisa será entrar na oficina “maquilhado de operário” mas em breve toda a gente saber tratar-se de um “universitário”, e outra ainda é candidatar-se e ser admitido como um trabalhador qualquer, sem conhecimento, favor ou interesse patronal e, nessa qualidade, realizar discretamente o seu “trabalho de campo”.

Estas variáveis afectam consideravelmente as condições da observação e, nessa medida, os seus resultados. Condicionam, portanto, o balanço custos-proveitos que pode fazer-se quanto ao uso de uma tal estratégia de pesquisa. A questão que pode então formular-se é a da adequação de uma técnica de pesquisa como esta ao dispositivo metodológico geral pensado para servir um determinado modelo de análise, para um preciso projecto de investigação. Neste caso, completando uma análise (por cortes diacrónicos) da evolução histórica e uma pesquisa extensiva por questionário, a opção pelo “estudo intensivo de um caso” parece ter sido judiciosa, mas a factura do eventual défice entre o esforço produzido e os resultados obtidos terá sido paga graças à competência pessoal do investigador.

Há ainda uma outra questão adicional que vale a pena referir. Nas estratégias de pesquisa ditas etno-metodológicas, as dinâmicas do trabalho de campo e a narrativa das descobertas e relacionamentos observados primam sobre os modelos de análise construídos *a priori*. No caso presente, são patentes no discurso vivenciado do analista

os choques que sofreu entre os resultados da sua atentíssima observação e os quadros conceptuais de que partia e o orientavam (além das referências ideológicas da sua própria experiência de vida anterior). Pode perguntar-se, pois, se não haverá alguma tensão latente, ou mesmo pontuais incoerências, entre os raciocínios hipoteticamente explicativos que o analista vai gerando a par e passo do desenrolar desta dinâmica (as páginas ímpares do Cap. 6-A – por sinal, as mais nobres de um livro) e as categorias e fórmulas interpretativas a que muitas vezes recorre para, num registo condizente com a perspectiva teórica seguida, concretizar a sua análise (nas páginas pares do académico Cap. 6).

Veja-se, por exemplo, a afirmação *teórica* de “Ao observarmos os movimentos dos trabalhadores na linha de montagem – e sobretudo se directamente sentimos na pele a dureza das condições de trabalho – podemos testemunhar a violência do ritmo produtivo e os seus efeitos desgastantes e alienantes sobre os trabalhadores, inseridos num processo produtivo bastante mecanizado e fragmentado, e onde a rígida demarcação entre concepção e execução tende a remetê-los a um papel de meras peças do sistema” (p. 244), em confronto com a verificação *prática* dos “pequenos desabafos e comentários em torno das ‘rendas’, da criança da vizinha que foi ao médico, da sogra que está doente ou, no caso dos homens, do carro que teve um furo e do resultado do jogo de futebol” (p. 267) ou dos “muitos trabalhadores [que] têm outras actividades: negócios de compra e venda de automóveis, pequena agricultura com ou sem pecuária, negócios de electrodomésticos, comércio de frutas e venda de pequenos artigos de vestuário que nalguns casos se transaccionam na empresa à hora do almoço. Comprei uma gravata nessas circunstâncias.” (p. 273-5). Não deveria, pois, haver grande surpresa

quanto à reacção final do padrão relatada na p. 249 quando, perante a participação do investigador num debate promovido pelo sindicato (divulgado na imprensa), aquele se “indignou” e o acusou de estar “a fazer o jogo do sindicato”, a “prejudicar a imagem dos empresários” e mesmo a “traí-lo”. Aos olhos dele, não teria certamente passado despercebida a crescente empatia gerada entre o investigador e certos trabalhadores, tornando retórico o seu compromisso de “neutralidade”.

Realmente, tal processo de aproximação existe sempre (quando a observação participante “funciona”), qualquer que seja o grupo em estudo (veja-se, por exemplo, o recentíssimo livro de Antónia Pedroso de Lima *Grandes Famílias, Grandes Empresas*). O que não retira espaço à permanente atitude *estratégica* dos “observados” (quer em termos psicológicos, quer relacionais), seja no terreno da ambiguidade (como se terá passado com os encarregados), seja no da desconfiança/simpatia (no

caso de certos operários e operárias), perante a atitude sempre *estranha* do observador – encarado pelos “colegas” possivelmente como “bisbilhoteiro” numa primeira fase e passando depois a potencial aliado conjuntural.

Finalmente, no plano da interpretação dos ambientes, dos gestos e dos discursos observados, pode perguntar-se, perante esta experiência, se o conceito de consentimento não aparece finalmente como um *passerpartout* que permite manter intacta a construção teórica herdada do marxismo que coloca no centro dos processos sociais a conflitualidade capital-trabalho.

O que pode estar em causa é, em última análise, a adequação de um quadro teórico e conceptual que, à partida, fixa papéis e atributos aos actores sociais, que depois, em confronto com a realidade empírica observada, se revelam inexistentes ou apenas longinquamente aparentados.

João Freire